



Até perdendo, militar ganha o que quer

Planalto, um palácio fardado

BRASÍLIA — O ritual se repetiu no último domingo como das quatro vezes anteriores: os militares se reuniram com o presidente José Sarney para manifestar suas preocupações com o texto constitucional. A cada rodada da Constituinte os ministros militares, através do presidente Sarney, de interlocutores confiáveis no Congresso ou mesmo diretamente mandavam advertência aos constituintes. A estratégia foi infalível: sexta-feira última, as lideranças políticas fecharam acordo em cima de 20 pontos mais importantes do projeto de Constituição.

Na quarta-feira à noite, durante jantar na Embaixada de Israel, o ministro Henrique Sabóia, da Marinha, em uma frase resumiu a crise iniciada no fim de semana: "Um governo não pode ser só amado pelo bem que faz, mas pode ser temido pelo mal que pode vir a fazer", aparentemente se inspirando em Maquiavel.

Num primeiro momento, os parlamentares que o ouviam não entenderam bem o sentido da frase, e o ministro completou: "O presidente Sarney com paciência leva a frente o projeto de democratização, mas ao mesmo tempo deixa em todos a impressão de que pode reagir". A crise gerada com o discurso do presidente Sarney criou o clima para um entendimento que parecia difícil em cima das 1800 emendas supressivas que entraram em votação.

As consultas — Na manhã da quarta-feira, a influência dos militares na Constituinte pôde ser medida em dois extremos. Ulysses Guimarães, provocado pelo discurso do presidente Sarney, queria dar uma resposta, mas, tenso, precisava saber até onde poderia ir. O sinal veio através do General Ivan de Sousa Mendes, chefe do SNI, que intermediou um telefonema do Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que, depois de saber que o presidente da Constituinte seria moderado, deu-lhe o sinal verde.

Na outra ponta, o *Centrão* procurou o mesmo general Leônidas Pires Gonçalves para saber onde estava a senha do golpe. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), na mesma manhã de quarta-feira, ligou para o general Leônidas Pires Gonçalves e perguntou:

— Há alguma estratégia entre os ministros decorrentes do pronunciamento do presidente?

Não havia. Fiúza ficou confuso, imaginava que o discurso do presidente imediatamente dispararia todo o arsenal de expedientes, mobilização e fisiologismo usados nestes casos. Achou que precisava de tempo e chegou a sugerir ao ministro: "General, como ministro e cidadão telefone para o doutor Ulysses e peça a ele que não coloque o projeto em votação". O general apenas respondeu que estava preocupado com o texto e completou: "Acredito que sem aqueles determinados pontos a Constituição até que fica boa".

Naquele momento, no Congresso, as lideranças de todos os partidos, deixando isolado o deputado José Lourenço, acabavam de combinar que votariam o texto em bloco, comprometendo-se negociar os pontos polêmicos.

Na sexta-feira, de 61 pontos que o governo atacava em 20 deles já havia acordo, em 12 encaminhava-se para entendimento e nos demais continuavam as negociações. A ameaça militar havia mais uma vez dado certo.

Intervenções — Os militares começaram a intervir com a Constituinte já na sua formação. O relator Bernardo Cabral era tido como homem de confiança do general Leônidas Pires Gonçalves e venceu o senador Fernando Henrique Cardoso, que disputava com ele o cargo de relator. O ministro do Exército chegou a telefonar para parlamentares pedindo votos.

Na fase das subcomissões, as Forças Armadas conseguiram um texto bastante favorável às suas posições. A liderança do PMDB, representada principalmente pelo deputado Antonio Brito (PMDB-RS), prudentemente evitou o confronto com os militares. O presidente da Subcomissão de Defesa do Estado, na qual seriam formulados os princípios que interessavam às Forças Armadas, foi entregue ao deputado Ricardo Fiúza, que, na verdade, queria a de ordem econômica. Uma hábil articulação dentro do PFL levou o então ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, a convencer Fiúza a mudar de opinião com um argumento forte: "Precisamos de um homem duro, competente e hábil, senão teremos crise. Você pode dosar bem estas três coisas". Conseguiu.

A primeira intervenção militar na Constituinte veio na voz do próprio general Leônidas Pires Gonçalves quando, após a fase das comissões temáticas, o relator Bernardo Cabral restringiu a atuação das Forças Armadas à defesa da ordem constitucional. Ao final de uma reunião ministerial em agosto do ano passado o general Leônidas de repente disse que o projeto de Constituição que estava saindo era "inaceitável". O texto foi modificado, com ajuda do senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes da esquerda. As Forças Armadas voltaram a ter o papel de "defesa da lei e da ordem", apenas com uma ressalva: a intervenção se faria a pedido de um dos três Poderes constitucionais.

O ministro Henrique Sabóia bateu a mão na mesa, na segunda intervenção, com o mesmo argumento de que a Constituição seria "inaceitável", ao ser votada a anistia aos marinheiros. Foi negada. Ponto por ponto, os militares impuseram suas reivindicações: não foi criado o Ministério da Defesa; foi mantido o Conselho de Segurança Nacional; o serviço militar continua obrigatório; as polícias militares em ocasiões de crise podem passar a ser comandadas pelo Exército. Abriu-se a possibilidade de os soldados e cabos profissionais votarem, mas os recrutados não ganharam esse direito. Os fundos, recursos que as Forças Armadas usam sem prestar contas ao Congresso — geralmente aplicados em armamentos —, tiveram um tratamento benevolente, bem diferenciado dos que são destinados aos ministérios civis.

O medo do Urutu

Na votação do mandato do presidente, a pressão dos militares, intervindo, pela terceira vez, na Constituinte, veio em forma de recado às lideranças do *Centrão* e aos empresários. Não havia meias palavras, o encurtamento do mandato, com eleições este ano, resultaria em Urutu mesmo. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, um dos interlocutores, transmitiu o recado às lideranças empresariais, que influenciaram seus parlamentares. Resultado: Sarney ganhou cinco anos.

Na questão do sistema de governo, os militares não estavam tão convictos em favor do presidencialismo. Mas aí foram os civis que os chamaram. O deputado José Geraldo (PMDB-MG), presidencialista, conta hoje que, quando ouviu do ministro do Exército que os militares não se envolveriam na questão, se desesperou. Saiu em

campo e conseguiu que o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ligasse para o general Leônidas Pires Gonçalves. Antônio Carlos não precisou de muitos argumentos para obter o apoio que procurava. O deputado José Lourenço entrou também em campo e fez um apelo semelhante ao ministro da Marinha, Henrique Saboya: "Pego-lhe que como ministro, um cargo político, defenda uma posição do governo Sarney, saia em defesa do presidencialismo".

Naquele sábado, 19 de maio, Leônidas e Saboya, em entrevistas à imprensa, deram declarações favoráveis ao presidencialismo. Foi a senha que os conservadores precisavam para mais uma vez usar o argumento infalível: os militares são contra. No dia 22 de março, a Constituinte aprovava o presidencialismo por 344 votos a 212.

Caso o presidente José Sarney resolvesse dispensar os militares que o cercam no Palácio do Planalto, ficaria sem comer, andar, sem segurança, tratamento médico, quem carregasse sua pasta e até lhe desse cafezinho. Isto porque, embora civil, o presidente Sarney, mais que seus antecessores, entregou a Presidência da República nas mãos dos militares. A administração do palácio é de responsabilidade de um coronel, o serviço de transporte é chefiado por um sargento, na segurança estão cinco oficiais e os 30 auxiliares são todos militares, o serviço médico é integrado por uma maioria de médicos militares, cinco capi-

tães são ajudantes-de-ordem e o chefe da copa do gabinete presidencial é um sargento.

A Presidência da República no tempo do general Ernesto Geisel tinha 900 funcionários. No governo do general João Figueiredo, o número cresceu para 1300. Hoje são 1900, dos quais 250 são militares da ativa. É deles que depende todo o funcionamento da máquina administrativa. Por exemplo, na lista oficial de autoridades da Presidência há 54 com patentes militares, contra 129 civis. "O palácio, com Sarney, reúne mais militares que um quartel", costuma dizer o deputado Fer-

nando Lyra lembrando o tempo que frequentava os corredores palacianos como ministro da Justiça.

Um assessor do presidente Sarney acha natural tantos militares numa repartição civil: "Os militares são mais organizados. Além disso, é mais fácil convocar um militar para o palácio que um civil". É que, para os militares, servir na Presidência da República é garantia de promoção, prova de prestígio e ganho extra no soldo. Nesta linha não é à toa que até na hora das orações o presidente Sarney precise de um militar: quem reza as missas domingueiras é o capelão militar.

O segundo turno de Augusto Matraga

25/7/88 — Moreira Mattz

"O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição de 1988!" — deputado Ulysses Guimarães, no discurso que encaminhou na Constituinte a votação de quarta-feira passada. "Ó gostosura de fim-de-mundo!" — Nhô Augusto Esteves, atirando-se à briga de morte com o amigo Joãozinho Bem-Bem, em A hora e a vez de Augusto Matraga, de Guimarães Rosa.

Marcos Sá Corrêa

Por 403 votos a 13 e 55 abstenções, a Constituinte conseguiu ao mesmo tempo aprovar um texto — o seu — e revogar uma fotografia — a do presidente José Sarney, de jaquetão escuro entre fardas de gala, emparelhado pela hospitalidade de seus ministros militares na festa do 42º aniversário do EMFA. Ambas as providências foram tomadas parcialmente. O projeto da nova Constituição foi ratificado para que a Assembleia, livre do risco de zerar, mas nem tão soberana que não possa ouvir e entender estrelas, inaugurasse a revisão dos exageros da primeira fase.

E a foto perdeu apenas algumas sombras. Permanece o flagrante de uma solenidade oficial, onde os militares mostram a mais pura forma de seu zelo pela ordem, e se estufa a imagem que a cena chegou a projetar sobre parte da semana e quase lançou sobre o futuro político do país: os ministros militares — depois de terem extraído da Constituinte provas do mais supersticioso respeito a seus tabus profissionais, o mandato de cinco anos para o presidente e o repúdio dos parlamentares ao parlamentarismo — debruçando seus quepes sobre o esqueleto orçamentário da próxima República. Se entrasse para a História por esse ângulo, a fotografia, apesar da tranquilidade aparente, seria o retrato oficial da desordem — ou da ordem constitucional em negação.

"Existem dispositivos da Constituinte, sobretudo quanto ao aumento das despesas, que realmente representam uma quantia que irá cair sobre toda a nação", disse na cerimônia o brigadeiro Octavio Moreira Lima, ministro da Aeronáutica, que aliás teve suas dotações recentemente aumentadas pelo governo, através de decreto-lei, em 92%, média superior à das suplementações recebidas pela Sepplan ao orçamento da União. A declaração, apesar do conteúdo tóxico e do tom moderado, revela uma subversão. É a Constituinte que deveria ter ampliado o controle do Legislativo sobre os gastos militares. Não o contrário.

O significado dessa inversão de papéis se perdeu sob as emoções políticas da semana, mas não é ninharia — foi por enxergar o Congresso Nacional como pródigo e perdulário que o regime de 1964 lhe cassou a prerrogativa de mexer a sério no orçamento, o que por tabela subtraiu aos deputados e senadores durante duas décadas a eficácia para exercer a tarefa secundária de fiscalização do governo e, enfim, a importância. Mesmo para uma terra onde o pendur dos militares para comandar constituições foi tão precoce que se antecipou à existência de uma constituição e até de um país independente — pois uma insurreição da tropa no Rio de Janeiro obrigou em 1821 D. João VI a jurar obediência prévia a uma Carta que a cortes portuguesa ainda escreveriam, instaurando a moda do que o historiador Octavio Tarquinio de Souza batizou como "constitucionalismo extorquido", — as entrevistas dos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sobre a futura "ingovernabilidade" nacional levantam uma poeira que o deputado Ulysses Guimarães não vai conseguir espanar só com discursos.



Sarney gosta de ouvir os militares antes das grandes decisões

Mais complicado do que tourear golpes explícitos é fundar de verdade um regime genuinamente civil. Porque isso não se faz no atacado, território onde a sessão de quarta-feira passada mostrou que mesmo uma Constituinte desmoralizada pelo final melancólico do primeiro turno ainda sabe avançar para o segundo com ânimo de briga. Também não se resolve pela proclamação de princípios, que é a fórmula habitualmente buscada pelos políticos para exconjurar de uma vez por todas, com um punhado de palavras mágicas na Constituição, a tutela das Forças Armadas sobre a República. É o caso, por exemplo, do dispositivo que tenta firmar um protocolo para suas aparições em defesa da ordem constitucional.

O professor José Murilo de Carvalho, que tratou do assunto no ano passado, quando os militares e a Constituinte sequer tinham começado suas escaramuças, acha que onde o poder político se perde é no varejo. "Não consta que o Congresso Nacional, através de suas comissões de segurança nacional, tenha convocado ministros militares, para discutir temas de segurança ou para propor modificações no processo decisório na área", ele escreveu, num artigo para o boletim do IUPERJ, em agosto de 1987. "A Comissão de Segurança do Senado produziu um documento sobre a indústria de armamentos em que confessa candidamente que nem ela conhecia os dados exatos sobre produção e exportação de armas".

Em contraste, José Murilo apresentava o exemplo dos Estados Unidos, onde "a comissão das Forças Armadas na Câmara é formada por 45 deputados, possui uns 40 técnicos, sete subcomissões e gasta em torno de 2 milhões de dólares por ano". O artigo não poderia prever, mas há semanas se abriu graças ao Senado norte-americano um escândalo orçado em 50 bilhões de dólares nas contas do Pentágono.

Mesmo no Brasil a praxe já foi outra. No Império, quando a Constituição definia as Forças Armadas como "essencialmente obedientes" e era norma entregar o ministério da Guerra a políticos civis, cabia ao Parlamento estabelecer os gastos da Marinha e do Exército, a política de recrutamento e os programas de defesa. A República, que nasceu de um golpe, aboliu esses rigores. Mas até os estertores do regime de 1946 continuava razoavelmente desinibida a fiscalização dos militares pelos civis. Montado nesse costume, o deputado Carlos Lacerda subiu à tribuna em 1957 para o que, na

época, já devia soar como uma fina peça de provocação oratória e hoje retine como sirene de incêndio. Comentando o Anexo da Guerra no projeto de orçamento da União, Lacerda cutucou o ministro da Guerra, general Henrique Lott, com parágrafos deste calibre: "Ninguém negará a necessidade e a conveniência de manter no Exército aquilo que se chama o transporte hipomóvel. Mas como uma nação que dedica à sua infância a quinta parte disso vai dedicar contra a alfafa das montarias de Guerra é, por menos que pareça, uma provocação bem menos grave que a advertência de um ministro militar sobre as contas da Constituinte, mesmo se ela abdicou da empreitada de controlar as Forças Armadas. Nas Disposições Transitórias do projeto que foi votado com toda a grandiloquência esta semana há um Artigo, o 41, que determina a extinção de todos os fundos especiais do governo não aprovados pelo Congresso dentro de dois anos — exceto, ressalva o texto, "aqueles que interesse à Defesa Nacional". Assim, ficam resguardadas da bisbilhotice dos políticos autênticas caixas pretas, que são os fundos de reequipamento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

A resposta que a Constituinte deu às manobras para zerá-la foi uma saudável reação do instinto corporativo, sobre a qual o deputado Ulysses Guimarães ergueu um vistoso dossel de palavras. A esse gesto, o país ficará devendo a sinalização de uma fronteira para o território militar na República. Mas lançar a pedra de regime civil com todas as letras requer mais do que um texto constitucional, o que é um trabalho e tanto para uma Constituinte que só no segundo turno encontrou a sua hora e a sua vez — como Augusto Matraga, que aliás é uma bela história brasileira de como a valentia pode virar coragem.